

**GT 09 – Trabalho e Educação****O PROEJA E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO MERCADO NO MINÉRIO**

Lícia Cristina Araújo da Hora (IFMA)

**INTRODUÇÃO**

Este trabalho expõe resultados da pesquisa realizada sobre PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), nos municípios de Açailândia e Buriticupu. O objetivo proposto foi compreender os limites e possibilidades de implantação deste programa, considerando que a primeira fase da expansão está diretamente ligada às atividades produtivas na rota da Estrada de Ferro Carajás, pertencente à Empresa Vale, que liga a região Carajás ao Porto da Madeira em São Luís.

Para tanto, tornou-se importante analisar neste estudo se as condições de ofertas de cursos profissionais geradas na realidade maranhense apenas colaboram para integrar a região dos Carajás a um contexto nacional no qual, segundo Fontes (2010), as contradições sociais permitiram a produção de alívio à pobreza vivida nos países da América Latina e, ao mesmo tempo, uma penetração maior em setores estratégicos de capitais de origem brasileira e associados, introduzindo novas formas de relações desiguais e combinadas.

Para subsidiar a pesquisa, utilizei documentos oficiais que normatizam concepções e princípios de programas federais educativos voltados à formação de jovens e adultos, tais como: Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos (2000), Documento Base do PROEJA (2007) e Projetos de Cursos do PROEJA dos *Campi* Açailândia e Buriticupu, documentos primários sobre a expansão da Rede Federal da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, documentos que normatizam a concepção dos Ministérios sobre Arranjos Produtivos Locais. Na busca por compreender o silenciamento produzido pelos documentos

oficiais, utilizei a pesquisa de campo como procedimento de pesquisa e adotei ainda as abordagens quantitativa e qualitativa.

## **A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NOS CAMPUS BURITICUPU E AÇAILÂNDIA**

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA), instituído por meio do Decreto nº. 5.478/2005, obrigava as Instituições federais da rede de educação técnica e tecnológica destinar 10% de suas vagas para o referido programa. Posteriormente, a determinação foi revogada pelo Decreto nº. 5.840/2006<sup>1</sup>. Este último possibilitou a ampliação da oferta do Ensino Médio para a Educação Básica em todas as redes de ensino público, considerando que o primeiro decreto restringia a oferta apenas à rede federal. Além disso, o segundo decreto tratava da ampliação e valorização dos saberes e experiências dos trabalhadores fora do espaço escolar.

Esta pesquisa priorizou as turmas que concluíram no ano de 2010 e 2011. No Campus de Buriticupu, analiso o curso Secretariado Escolar, cuja oferta tem se mantido todos os anos. No Campus Açailândia são analisados dois cursos, devido à mudança de oferta no segundo ano de funcionamento do PROEJA. Desse modo, optei analisar duas habilitações para entender a mudança de oferta dentro do contexto de dificuldades e desafios de implantação do PROEJA no Campus. Sendo assim, analiso o Curso Técnico em Nível Médio em Alimentação Escolar e Técnico em Nível Médio em Eletromecânica.

O Campus Buriticupu foi constituído inicialmente como uma Unidade Descentralizada vinculada ao antigo CEFET-MA. O Campus Buriticupu, assim como o Campus Açailândia, contou com a colaboração de profissionais da UNED Imperatriz, hoje Campus Imperatriz, para realização dos processos seletivos para as primeiras turmas dos Cursos Técnicos Integrados de Nível Médio, Cursos Subsequentes, Concomitantes e o Curso do PROEJA. O processo de implantação do PROEJA no IFMA foi acompanhado de muitos conflitos políticos, pedagógicos e ideológicos, a saber:

---

<sup>1</sup>BRASIL, Ministério da Educação. **Documento Base** – programa de integração da Educação Profissional técnica de nível médio ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: SETEC, 2007.

**Decreto nº 5.478**. 24 de junho 20. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. (Revogado pelo Decreto 5.840/06).

**Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências.

A porta é fechada para o aluno da EJA. É isso que, para mim, é mais comprometedor; tudo bem, o governo federal estabeleceu 10%, a gente tinha que estar brigando para ampliar, mas alguns educadores, pelo contrário, se tu fores ver aqui na rede IFMA, tu vais perceber que o discurso era de total impossibilidade de se trabalhar com a educação de jovens e adultos<sup>2</sup>.

Os conflitos oriundos da implantação do PROEJA nos *Campi* Buriticupu e Açailândia não estão vinculados tão somente a uma reação negativa com relação à educação dos trabalhadores, conforme exposto na entrevista, eles são reflexo de uma particularidade circunscrita nacionalmente no âmbito das Instituições Federais, como se pode constatar:

[...] as instituições da rede possuem históricos diferenciados. Sua aproximação com a EJA começou a ocorrer a partir de 1995, quando se ampliou a mobilização da Sociedade Civil pela oferta da EJA e, também, quando se inicia a implementação do PLANFOR pelo Ministério do Trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b, p. 1.100).

A questão da formação docente é um dos pontos nevrálgicos do PROEJA, sobretudo para aqueles docentes que já possuem titulação de Mestre ou Doutor. Para estes, a sala de aula da EJA representa rebaixamento de suas faculdades científicas. O problema da formação docente inicial e continuada para realização do trabalho pedagógico na EJA é emblemático e aparece reiteradamente nos cursos voltados a esta modalidade, conforme exposto por Shiroma; Lima Filho (2011).

Os professores revelaram em seus depoimentos ausência de formação específica para o trabalho com EJA<sup>3</sup>. Muitos dos docentes entrevistados destacaram a ausência de um debate mais consistente na Semana Pedagógica, momento reservado ao planejamento dos *Campi* e que se poderia discutir algumas especificidades ligadas a esta modalidade. Os docentes também revelaram que a carga horária do curso do PROEJA é insuficiente para atender às demandas que os alunos trazem para aquele curso; as áreas destacadas pelos professores como as que apresentam maior dificuldade de aprendizagem são aquelas que envolvem conhecimento lógico matemático-físico, assim como dificuldade em língua portuguesa. Os professores também reclamaram da ausência de material didático para orientação da organização do trabalho didático.

<sup>2</sup> Entrevista 21. Professor do IFMA. Concedida em outubro de 2012.

<sup>3</sup> No IFMA, o último curso de Formação Pedagógica foi oferecido no ano de 2007 para professores das áreas profissionais ligadas: à Agropecuária, Construção Civil, ao Design, à Química, Informática, Indústria etc. O Curso teve duração de um ano e meio, com carga horária de 800 horas, realizado em período de férias dos docentes. Na época, apenas dois *Campi* tiveram a oportunidade de ofertar a formação pedagógica para os professores, o Campus Monte Castelo (na época CEFET-MA) e o Campus Imperatriz (na época UNED-MA). Posteriormente a este curso, o IFMA não ofertou mais a formação pedagógica em caráter presencial. Somente no ano de 2012, iniciou-se o processo de articulação da oferta do curso, em caráter semipresencial, na modalidade educação a distância.

Contudo, é necessário destacar que o enfrentamento dos problemas apresentados na formação docente é apenas um dentre vários outros elementos que constituem a busca pelo compromisso social da escola com a classe trabalhadora. A questão fundamental não é a formação docente, do contrário, estar-se-ia reforçando o bordão do Movimento Todos Pela Educação (TPE) “um bom professor, um bom começo”, segundo Leher, Evangelista (2012), a pedagogia do capital supõe convencer os professores de que sua intervenção, de fato, solucionará os problemas socioeconômicos do país. Para romper esta perspectiva, a seguinte fala de um professor entrevistado aponta com clareza para outra direção:

[...] a formação pedagógica não encerrará os problemas, ela pode ser o caminho para a compreensão de outros maiores, porque no momento da tomada de consciência do que é trabalhar com a educação de jovens e adultos, em nível de Brasil, em nível de Nordeste, e de Maranhão, e quando você trabalha no interior do Maranhão, é que você vai perceber histórias de vida tão complicadas, e como é que depois você vai poder tentar fazer com que essa pessoa redescubra-se dentro desse processo todo. É muito complicado para o professor que trabalha com níveis diferentes, com modalidades diferentes, porque nós temos nível superior e nível médio, e tem professor que está atuando em um nível e no outro com modalidades diferentes, trabalhando com jovens e adultos<sup>4</sup>.

A formação docente não encerra os problemas sociais, pedagógicos e metodológicos no interior da escola; ela contribui para a compreensão da realidade social com a qual a escola está relacionada. Porém, o movimento político em curso, sob a perspectiva da pedagogia do capital busca

Objetificar o professor [...] em troca de seu parco salário, de suas precaríssimas condições de exercício profissional e de seu adoecimento, o Estado Maior do capital pretende impor ao professor a responsabilidade de construir no futuro trabalhador uma consciência submissa ao desiderato do capitalismo aliada à sua subalternização política. Em curtas e rápidas palavras: pede-se que o professor seja o sujeito de sua própria alienação (EVANGELISTA, LEHER, 2012, p. 13-14).

Diante disso, o trabalho docente no âmbito dos Institutos constituiu-se fragmentado, reflexo de uma diversidade de demandas de ofertas de ensino, exigindo deste professor a capacidade cada vez mais versátil de adaptação a diferentes níveis e modalidades de ensino. O processo de precarização da carreira e das condições do trabalho dos docentes dos Institutos tem sido central nas lutas empreendidas pelo movimento docente, por meio do SINASEFE. Além de Seminários nacionais para discutir a temática da precarização e das condições de trabalho, foi realizado no ano de 2011 a maior greve nacional dos servidores da Educação Profissional e Tecnológica, com o total de 228 *Campi* e 55 seções sindicais em greve. No ano

---

<sup>4</sup> Entrevista 21. Professor do IFMA. Concedida em outubro de 2012.

de 2012, novo movimento político nacional ocorreu; no entanto de modo mais unitário e fortalecido. A rede federal realizou a maior greve de sua história. Universidades, Institutos Federais, Colégios Vinculados às Universidades, Colégio Pedro II, Colégios Militares aderiram ao movimento nacional de greve.

No ano de 2014, mais uma vez o contexto político com o advento da realização da Copa do Mundo no país, aumento da inflação, avanço das parcerias público-privadas, expansão do ensino médio profissionalizante e do ensino superior de forma precarizada, redução dos concursos públicos na área da educação, não atendimento ao aumento de 10% do PIB para educação pública, avanço do modelo gerencial nas instituições públicas entre outras questões, a greve nacional das Instituições Federais foi retomada. O cenário complexo de lutas sucessivas no campo da educação imbrica-se ao amplo cenário das mudanças no mundo do trabalho que atingiram os professores, as condições de trabalho, a carreira e a ausência de políticas de valorização do magistério. Nesse sentido, conforme pontua Antunes (2005), as recentes greves e explosões sociais são exemplos importantes de confrontação social contra o capital, de modo que as possibilidades de emancipação humana encontram concretude nas contradições advindas centralmente no mundo do trabalho.

## **A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CONCEPÇÃO INTEGRAÇÃO E DA EMPREGABILIDADE**

O processo de implantação do PROEJA nos *Campi* de Açailândia e Buriticupu ocorre no contexto de expansão da educação profissional em todo o país. O debate sobre currículo integrado, formação docente, educação de jovens e adultos, concepções e princípios de trabalho, cultura, ciência e tecnologia ocorre em uma sociedade cindida em classes; portanto, as reflexões não se restringem ao âmbito político, mas devem considerar, fundamentalmente, o âmbito econômico, ambos se complementam. Esta é uma análise metodológica indicativa nas abordagens de Marx (2008, p. 267), que, nesse sentido, assim se expressa:

O capital é uma potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade rural. Depois de ter considerado separadamente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca. Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pela relação natural ou do que corresponde à série da evolução histórica. Não se trata do lugar que as relações econômicas ocupem historicamente na sucessão das diferentes

formas da sociedade. Menos ainda de sua série “ideia” (Proudhon), que não passa de uma representação falaciosa do movimento histórico. Trata-se de sua conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna.

Os determinantes da expansão da primeira etapa do IFMA na relação trabalho-educação somente podem ser entendidos, conforme aborda Marx (2008), na relação orgânica da esfera econômica e da esfera política. Desse modo, conforme já foi anteriormente destacado, a expansão do Campus Buriticupu ocorreu orientada pela justificativa obtida no Plano de Expansão do CEFET-MA (2005); posteriormente o Campus Açailândia foi criado sob o mesmo argumento<sup>5</sup>: atração de investimentos junto à estrada de ferro Carajás, destacando-se o comércio e a indústria guseira. O Plano de Expansão do CEFET (2005) destacou ainda que a implantação de escolas federais ocorreu advinda da necessidade desses municípios de obtenção por formação de recursos humanos, indispensáveis para a inclusão social, e, segundo a perspectiva apontada no Documento (2005), fundamentais ao desenvolvimento econômico e social da região.

A chegada de Escolas da rede federal em cidades clivadas pela marca social da negação do direito à vida, assentadas em terras com permanente violência agrária, sem acesso a direitos básicos para sobreviver, provocaram no imaginário dos trabalhadores a associação imediata entre educação, qualificação profissional, desenvolvimento local, emprego, mobilidade e ascensão social. Gentili (1998) aponta que a função econômica atribuída à escola se modifica na década de 1970, provocada pela crise do capitalismo contemporâneo e pelas novas formas de sociabilidade do capital.

A expansão dos sistemas escolares nacionais a partir da segunda metade do século XIX tem sido produto, em certo sentido, da difusão do que poderíamos chamar aqui *a promessa da escola como entidade integradora* (GENTILI, 1998, p. 78).

Nesse contexto social, os Institutos Federais são apresentados sob nova aparência, como a nova política da atualidade. Esta marca assenta-se no projeto de expansão no Maranhão e percorre a rota dos trilhos com promessas de integração e desenvolvimento, apresentadas como “a síntese daquilo que de melhor a rede federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal” (PACHECO, 2010, p. 11). Da lógica da escola como entidade integradora, passou-se à “difusão de uma nova promessa, agora sim, de caráter estritamente privado: a promessa da empregabilidade” (GENTILI, 1998, p. 81).

---

<sup>5</sup> O primeiro Plano de Expansão ocorre na estrutura organizacional do CEFET-MA; Buriticupu era uma Unidade Descentralizada recém-criada, assim como Zé Doca e Santa Inês.

O fetiche da tecnologia foi “mola propulsora” para irradiar o discurso de que os Institutos Federais seriam uma revolução. Desta análise podem-se destacar duas questões: A primeira é a de que foi remetido aos Institutos o desenvolvimento social e econômico dos municípios; esta ideia irradiou no âmbito interno dos Institutos e no âmbito externo, convencendo os trabalhadores por diferentes aparelhos ideológicos de hegemonia. “A conquista e a manutenção da hegemonia não podem, portanto, prescindir dos aparelhos de hegemonia, que contribuem de forma decisiva para a formação da opinião pública, no âmbito da qual se situa um importante ponto de vinculação entre a sociedade civil e a sociedade política” (RUMMERT, 2007b, p. 28). A Segunda questão é que os municípios pesquisados são marcados pela permanente negação dos direitos, marcados por muitos conflitos agrários, e o direito mais violentado é o direito à vida. Por isso, o acesso à escola significa, para muitos trabalhadores, acesso a outra vida, uma vida mais digna. A chegada dos Institutos Federais pelos trilhos do capital produz nestes lugares um alívio à pobreza sob o fetiche da ciência e da tecnologia.

## AS OFERTAS EDUCACIONAIS E A QUESTÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Tomando por base os critérios definidos no âmbito do MEC, reafirmado por documentos oficiais, busquei entender a dinâmica estabelecida para oferta dos Cursos do PROEJA no Maranhão, observamos na grande maioria dos *Campi* os cursos estão assentados no eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, conforme tabela abaixo

Tabela 1- Eixos Tecnológicos e Cursos ofertados PROEJA

CAMP US	EIXO TECNOLÓGICO	CURSO MODALIDADE PROEJA	OFERTA DE VAGAS				
			007	008	009	010	011
MONTE CASTELO	Produção Alimentícia	Química de Alimentos	40				
	Controle e Processos Industriais	Eletrotécnica					40
MARACANÃ	Recursos Naturais	Agropecuária		40	40	40	40
	Hospitalidade e Lazer	Cozinha			40	40	40
CENTRO HISTÓRICO	Produção Cultural e Design	Artesanato				40	30
CODÓ	Produção Alimentícia	Agroindústria				35	40

<b>SANTA INÊS</b>	Desenvolvimento Educacional e Social	Infraestrutura Escolar			40	40	
	Gestão de Negócios	Administração					40
<b>ZÉ DOCA</b>	Desenvolvimento Educacional e Social	Secretariado Escolar	40	40	40	40	40
<b>BURITICUPU</b>	Desenvolvimento Educacional e Social	Secretariado Escolar	40	40	40		
	Gestão e Negócios	Vendas				40	
<b>AÇAILÂNDIA</b>	Desenvolvimento Educacional e Social	Alimentação Escolar		40			
	Controle e Processamentos Industriais	Eletromecânica			40	40	
	Meio Ambiente e Segurança	Meio Ambiente					40
<b>IMPERATRIZ</b>	Desenvolvimento Educacional e Social	Infraestrutura Escolar			40		
	Infraestrutura	Construções de Obras Cíveis		40		40	
	Gestão e Negócios	Administração					40
<b>ALCÂNTARA</b>	Recursos Naturais	Agroecologia				40	
	Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo					40
			120	200	280	395	390

Fonte: PDI (2009 – 2013), edital nº 44, de 25 de novembro de 2011. Tabela formulada pela pesquisadora.

Observando o quadro de ofertas dos *Campi* da fase da Pré-expansão e dos *Campi* da primeira fase da expansão<sup>6</sup>, convém salientar que todos os *Campi* da primeira fase, com exceção do Campus Centro Histórico (os outros *Campi* Buriticupu, Zé Doca, Santa Inês e Açailândia) convergem para oferta educacional no eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social. No quadro acima, preocupe-me em expor somente o número de vagas dos *Campi* da pré-expansão e da primeira fase da expansão, uma vez que interessa a esta pesquisa as primeiras turmas formadas dos *Campi* de Açailândia e Buriticupu. Porém, é importante citar que no Edital de nº 44, de 25 de novembro de 2011, o número total de cursos oferecidos para o PROEJA foi de 620 vagas.

Nas entrevistas, busquei compreender como as ofertas foram definidas, se seguiram a lógica definida pelos Ministérios citados, se consideraram as recomendações de acordo com os APLs, respeitando as peculiaridades locais, a realidade regional, as demandas sociais da população ou se a definição das ofertas dos cursos seguiu outros critérios, além dos já citados.

<sup>6</sup> O Campus Alcântara iniciou suas atividades administrativas no ano de 2008; no entanto, na época era um Núcleo Avançado de Alcântara. Somente no ano de 2010 recebe o *status* de Campus.

No Campus Buriticupu, a escolha do curso Secretariado Escolar foi uma incógnita para a comunidade escolar que iniciou o processo de expansão; os servidores não entendiam esta escolha e a questionaram:

[...] Foi uma dificuldade muito grande no começo a gente entender por que aquele curso e depois fazer a seleção dessas pessoas<sup>7</sup>.

A nossa chegada aqui no Instituto foi em março de 2007; as aulas começaram no mês de abril, então no ato da nossa chegada já havia uma comissão formada por servidores do campus Monte Castelo trabalhando na elaboração dos projetos; a nossa interferência na escolha foi mínima, porque já estava definido o curso a ser oferecido no PROEJA por uma comissão. E qual foi o pensamento dessa comissão?<sup>8</sup>.

Analisando a realidade do município de Buriticupu, sua principal atividade econômica é a silvicultura e serviços relacionados a este ramo econômico. O setor que mais emprega é o serviço público, seguido do setor de comércio; em terceiro lugar é o setor de agropecuária e em quarto, o setor de serviços, conforme exposto anteriormente. Segundo dados do IMESC sobre o PIB (2006-2010), Buriticupu está entre os dez municípios com maior participação no setor da agropecuária. Considerando os critérios estabelecidos e o determinante dos APLs, por que ocorreu a oferta do curso Secretariado Escolar? Esta questão também foi realizada pelos profissionais que chegaram para implantar o PROEJA.

O discurso oficial é o de que a expansão da educação profissional em todo o país deve obedecer aos arranjos produtivos locais, buscando o desenvolvimento dos municípios. Além disso, deve-se respeitar a realidade local, portanto o que foi analisado por meio das entrevistas é que há uma unidade relacional (econômico e político) que marca a expansão, tal qual já apontado anteriormente na expansão do PROTEC por Franco (1998), em que os critérios clientelísticos são determinantes para escolha dos APLs, ou seja:

Os empregadores e parceiros em potencial para os técnicos em meio ambiente não estavam dispostos a submeter sua prática econômica aos conhecimentos que um técnico aplicaria ao trabalho. Respeitar leis ambientais, certificar madeira, instalar filtros nas carvoarias, solicitar licenças, declarar e formalizar mão-de-obra, respeitar APL. Esse, digamos, era o “arranjo produtivo local” e o aluno formado na UNED não conseguiria lugar nesse arranjo, nem o IFMA conseguiria subverter essa realidade, porque foi aliada a ela que chegou até lá. O prefeito da cidade era/é um madeireiro. A câmara de vereadores. O grupo político dominante girava em torno do latifúndio e dessa nova utilização da madeira e da carvoaria. E é de conhecimento público que a destinação das UNEDs para as regiões se deu com base na sustentação de grupos de aliados que viabilizassem a continuidade do governo do PT e não em um planejamento amplo e democrático com vistas a diminuir distâncias de posição

---

<sup>7</sup> Entrevista 34. Técnica em Nível Superior. Entrevista concedida em novembro de 2013.

<sup>8</sup> Entrevista 29. Professor do IFMA. Concedida em novembro de 2012.

social, econômica, políticas através da inclusão educacional e no mundo do trabalho.<sup>9</sup>

Podemos observar que as primeiras opções de oferta dos Cursos para a classe trabalhadora com ênfase do eixo Desenvolvimento Educacional e Social nos municípios de Buriticupu e Açailândia, buscou amenizar as dificuldades de aprendizagens que os alunos teriam em cursos com grau de complexidade mais elevado, e ao, mesmo tempo, determinou aos trabalhadores que sua formação está vinculada à incorporação do *trabalho simples* (Marx, 2012) para o exercício de atividades laborais que demandam conhecimentos de menor complexidade. A concepção da formação para o exercício do trabalho simples é um imperativo na formação de jovens e adultos trabalhadores.

A análise do PROEJA na região dos Carajás demonstrou como o programa possibilita a garantia de um quadro de trabalhadores para o mercado da informalidade e empreendedorismo, alívio à pobreza, segurança social, controle social e a produção da conformação à luz dos interesses capitalistas e formação para o trabalho simples. Além de garantir um crescimento ampliado do exército industrial de reserva, determinante para a gestão das relações de trabalho no mercado do minério.

No tocante aos critérios da expansão da educação profissional, dois pontos podem ser destacados: o forte determinante econômico, uma vez que expansão atende à demanda do arranjo produtivo local, que no caso dos *Campi* de Açailândia e Buriticupu o arranjo produtivo local é construído pelo arranjo produtivo da rota Carajás. O arranjo produtivo local, em sua maioria, não é determinado pelas demandas vinculadas imediatamente aos trabalhadores, ele é determinado pelos empresários. O segundo aspecto refere-se ao caráter político, definido pelas velhas relações políticas locais oligárquicas, os critérios clientelísticos e patrimoniais. Nesse sentido, não importa que o curso ofertado atenda às demandas dos trabalhadores; importa possibilitar a escolarização imediata para obtenção de resultados e indicadores favoráveis ao uso político.

## **FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA OU CERTIFICAÇÃO PARA CONTROLE DA CLASSE**

O IFMA possui treze programas que atendem às mais diferentes classes sociais, a qualidade do ensino se diferencia conforme a forma de oferta. Os programas buscam

---

<sup>9</sup> Entrevista 38. Professor do IFMA. Concedida em janeiro de 2013.

fundamentalmente atender a jovens e adultos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Sob a promessa de progresso econômico, desenvolvimento local, melhoria da qualidade de vida, obtenção de emprego, as ofertas educacionais produzem uma ideologização da educação que busca obter “o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1995).

Nesse cenário, caracterizado por múltiplas ofertas educacionais do IFMA, característica essa acentuada em toda Rede Federal de Educação Tecnológica e em todos os níveis de ensino, o PROEJA, o Programa Mulheres Mil, o PRONATEC, E-Tec Brasil e o Programa Rede Certific configuraram-se como mais um programa que visa instituir trajetórias subordinadas de formação. Entre os programas apresentados, aqueles que possuem maior capilaridade na rota Carajás nos *Campi* em estudo são atualmente: o PRONATEC e o E-Tec Brasil. A perspectiva do empreendedorismo é marca pedagógica destes cursos, conforme consta nos objetivos explicitados destes programas.

Podemos observar no conjunto de ofertas educacionais por meio de programas forte presença das demandas das Empresas Vale e Petrobrás. O fortalecimento da relação público/privado conduz com muita intensidade para o interior da escola as demandas da empresa, isto é realizado tanto para cursos de nível técnico quanto para cursos de nível superior. No ano de 2012, ocorreu a parceria do IFMA e da Vale na oferta de uma Especialização em nível superior, na área de Ferrovia, e uma Especialização em nível técnico, na área de Manutenção Industrial<sup>10</sup>.

Nesse conjunto de ofertas formativas que tangencia atualmente o trabalho exercido pelos Institutos Federais, podemos destacar que a capilaridade das ofertas formativas por meio de programas, compõe, destaca Netto (2010), uma face contemporânea da barbárie e se expressa exatamente no trato que, nas políticas sociais nos oito anos do governo Luís Inácio Lula da Silva conferiu à questão social. Netto (2010) destaca que para o pensamento conservador a questão social possui características inelimináveis e se torna uma ação moralizadora que no máximo pode ser objeto de uma intervenção política limitada. Fontes (2012) chamou estas intervenções políticas limitadas de *políticas de alívio por gotejamento*.

O mercado siderúrgico da região dos Carajás encontra-se sob controle de grupos empresariais de construtoras. Sobre estas, Fontes (2012) destaca que Odebrecht, Andrade

---

<sup>10</sup>O Instituto Federal do Maranhão e a Vale realizaram, nesta quarta, 20 de abril de 2011, no campus Monte Castelo, em São Luís, a aula inaugural do Curso de Especialização em nível técnico em Manutenção Industrial. Com o tema “A importância da educação profissional no cenário atual: oportunidades e desafios”, a aula foi ministrada por Ted Lago, administrador e conselheiro do Instituto de Cidadania Empresarial. Fonte: <http://siteantigo.ifma.edu.br/index.php/departamentos/2517-especializacao-em-manutencao-industrial-55-alunos-assistem-a-aula-inaugural>.

Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Junior, Queiroz Galvão e OAS iniciaram seu processo de transnacionalização na década de 1970. O grupo Gerdau que iniciou seus investimentos no Maranhão na década de 1980 é a 3ª empresa mais internacionalizada no país. A Empresa Vale está em 7º lugar, sua atuação tem capilaridade em diferentes continentes do mundo atravessando a África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Canadá, Cazaquistão, Chile, China, etc., tornando-se a maior empresa de mineração mundial.

De acordo com Fontes (2012), o processo de transnacionalização da economia envolve todo o conjunto da vida social, sobretudo dos países de capitalismo periférico. A expansão do capital internacional ou como melhor pode ser nominada, a expansão do capital-imperialismo “favorece as *políticas de alívio por gotejamento* a determinadas pressões sociais internas, assim como se constitui em novo fator ufanista e obscurecedor das relações de exploração reais, internas e externas” (FONTES, 2012, p. 339).

Conforme destaca Fontes (2012), a disseminação das *políticas de conta-gotas* foi fortalecida no Brasil na década de 1990, quando a intervenção do Banco Mundial nas políticas sociais foram aprofundadas em diferentes políticas: educação, saúde, assistência social. Desse modo, disseminou-se “um gotejamento de minúsculas migalhas destinadas às famílias mais carentes” (idem, p.297).

Para melhor eficiência e resultados do empresariamento das massas trabalhadoras, torna-se fundamental para o capital ter “o controle e formação dos trabalhadores” (Fontes, 2012, p. 299). Para atingir os resultados estimados, os empresários convocam a pedagogia do capital-imperialismo para “configurar a classe trabalhadora e a própria sensibilidade social nacional para as novas condições psicofísicas da divisão internacional do trabalho, nas quais o Brasil passa a atuar como ‘parceiro’ do capital-imperialismo” (FONTES, 2012, p. 348).

A expansão das *políticas de gotejamento* e as ações da *pedagogia do capital-imperialismo*, por meio da pedagogia das competências, fazem parte de um conjunto de estratégias “envolvidos com algum tipo de ‘projeto social’, extremamente reveladoras desse novo quadro geral de oferta educacional que, simultaneamente, expressa e produz novas formas e condições de formação humana em curso” (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2012, p. 43).

A perspectiva de desenvolvimento fomentado pela chegada do Instituto Federal aos municípios reforça, conforme Gentili (1998), a promessa da escola integradora, porém a serviço do capital amplia a mão de obra qualificada e conduz à intensificação da gestão das relações de trabalho, assim como diminuição de salários, rotatividade dos postos de trabalho e ampliação do mercado da terceirização e da informalidade. Nesta lógica, a escola integradora

não desaparece; ela se associa à “promessa da empregabilidade” (GENTILI, 1998) que juntas buscam produzir um alívio à pobreza e as explorações sociais vividas pelos trabalhadores da rota Carajás

De acordo com Antunes (2005), o cenário encontrado ao longo da rota Carajás demonstra a existência real de um enorme leque de trabalhadores precarizados ou, como denomina o autor, a existência de um subproletariado, submetido às formas mais viscerais da exploração do capital sobre o trabalho. Este enorme contingente de trabalhadores, ‘pelo seu maior distanciamento do processo de criação de valores, teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas’. Todavia, a condição de subproletariado e de despossuído

[...] os coloca potencialmente como sujeito capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que esses segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia (ANTUNES, 2005, p. 213).

Nesse sentido, ao longo da estrada de ferro-Carajás, há movimentos sociais organizados, tais como: Movimento dos Trabalhadores sem Terra, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Justiça nos Trilhos, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações de Agricultores e de Moradores – estudantes e professores universitários dos estados do Pará (PA), Maranhão (MA) e Tocantins (TO), movimentos de trabalhadores rurais, Fórum Carajás, organizações não governamentais, a exemplo do Centro de Defesa da Vida, que têm denunciado amplamente o abuso do trabalho escravo na região, sobretudo em fazendas onde existem trabalhadores empregados no corte de cana e em carvoarias que alimentam a cadeia de produção das siderúrgicas.

Nesse cenário, podemos observar que nem sempre o efeito produzido pelas ‘*políticas de alívio por gotejamento*’ conseguem evitar as pressões sociais internas; porém elas são capazes de produzir um efeito obscurecedor das relações de exploração reais, internas e externas, fragilizando as ações dos movimentos sociais. Desse modo, o capital sempre reformula suas estratégias de empresariamento das massas trabalhadores, buscando conter as pressões sociais e o consentimento ativo dos governados (GRAMSCI, 1995). Mas, para tanto, é fundamental para o capital ter “o controle e formação dos trabalhadores” (Fontes, 2012, p. 299), por meio de cursos aligeirados que não conferem rigor e seriedade à formação da classe trabalhadora e que fortalecem “estratégias que apenas conferem certificação vazia, e por isso se constituem em modalidades aparentes de inclusão” (KUENZER, 2005, p. 95).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da educação profissional no Maranhão pela rota dos trilhos revelou como a burguesia industrial, tem concretizado a implantação das propostas da pedagogia do capital-imperialismo, articulando no processo de produção do minério e da gusa, de modo desigual e combinado, técnicas mais modernas com relações sociais e econômicas arcaicas. O cenário exposto sobre o eixo produtivo em torno do complexo mina-ferro-porto evidencia o caráter periférico de um sistema produtivo altamente lucrativo para o mercado internacional. Todavia, o que se constatou nesta pesquisa foi que o modelo de desenvolvimento econômico integra o mercado nacional de modo subordinado, aprofundando o quadro de desigualdade e definindo para o Maranhão um lugar periférico na divisão social do trabalho.

É pela rota dos trilhos que o Maranhão se insere na economia internacional. Integrando formas avançadas do capitalismo às formas arcaicas no processo de produção, reflete a elevação acelerada de lucro para a empresa Vale e empresas do ramo da siderurgia e de celulose. Assim, a cadeia produtiva se alimenta com voracidade: do trabalho escravo, trabalho precarizado, do trabalho infantil, do trabalho terceirizado, do trabalho informal, além de intensificar o desmatamento da Amazônia, por meio do uso predatório dos recursos naturais e amplia a produção de empregos de baixa qualidade.

Na análise do Arranjo Produtivo Local da região dos Carajás, onde consta forte presença de como a Vale, Empresas de Celulose, Siderúrgicas, observou-se a dinâmica das transformações vividas pela Empresa Vale, antes da privatização e após a privatização, com a incorporação as relações de trabalho na dinâmica da reestruturação produtiva provocando no mercado do minério alteração nas relações de trabalho, na gestão, nos direitos trabalhistas e nas formas de contrato. As alterações internas criaram novas demandas à formação do trabalhador, e o IFMA neste contexto incorpora-se ao atendimento as demandas dos industriais à formação do trabalhador, com vistas ao atendimento do mercado de trabalho do eixo produtivo da rota Carajás. As ofertas formativas por meio de programas e a incorporação da pedagogia do capital-imperialismo como conteúdo ideológico fundante das bases formativas curriculares tem garantido o estreitamento e fortalecimento das relações educação e mercado, produzindo a garantia do processo educação para o mercado.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL. **Decreto n.º 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil/>>. Acesso em: 10 de março de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Expansão da Educação Profissional**. Brasília, SETEC, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao\\_plano.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao_plano.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2011.

FRANCO, Maria Ciavatta. Fábula da nova República: Criação de duzentas escolas técnicas. In.: **Caderno CEDES**. O Ensino de 2º grau: Trabalho e educação em debate. Ed. Cortez, São Paulo: 1988 n.º 20, p. 36-47.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: A desintegração da promessa integradora In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e Crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1998.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 9ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995.

HORA, Lícia Cristina Araújo da. **A formação dos trabalhadores na rota dos trilhos**: o PROEJA nos municípios de Açailândia e Buriticupu. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

MARX, Karl. **A contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica a economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie In.: **Anais II Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”**, Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010.

RUMMERT, Sonia Maria. Notas sobre o pensamento de Antonio Gramsci – Contribuições à reflexão acerca da temática educacional. **Revista de Ciências da Educação - Sísifo**. jan./abr. 04 (p. 11-52). Universidade de Lisboa, 2007b.

RUMMERT, Sonia; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo In: SILVA, Mariléia Maria da; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIERO, Elisa Maria. (Org.). **Jovens, Trabalho e Educação: A conexão subordinada de formação para o capital**. 1ª Ed. Campinas: Mercado das Letras, 2012, v. 1, p. 15-70.

SHIROMA, Eneida Oto; LIMA FILHO, Domingos Leite. Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica e no PROEJA. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 725-743, jul./set. 2011. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a07v32n116.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.